

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DE LONDRINA- CMTCSL

Ata Reunião Extraordinária 20/06/2016

Institucional - Abertura

A reunião iniciou-se às 19hrs30min, horário de Brasília, na Sala de Licitações da Prefeitura de Londrina, Estado do Paraná, após obter quórum regimental necessário para realização da mesma.

A Presidente do Conselho, deu as boas-vindas a toda plenária, ressaltou o momento histórico que a plenária está institucionalizando por meio da realização da Sabatina do Candidato à Controlador- Geral do Município de Londrina, demonstrando isso ganho à sociedade, através de um processo legítimo e transparente.

Informes

Não houve informes na oportunidade.

Pauta

Pauta:

1. Sabatina do candidato a Controlador do Município de Londrina;
 - a. Foi apresentada a forma de condução da Sabatina à luz da Resolução n. 01/2016-CMTCSL, de forma que primeiramente o candidato apresentará o Plano proposto e apresentado quando das inscrições e posteriormente 3 rodadas de perguntas abertas.
 - b. Passada a palavra ao candidato, João Carlos Barbosa Perez, apresentou seu curriculum, frisando sua formação acadêmica e as experiências obtidas na serventia pública atuando em diversos órgãos e entidades do Município de Londrina.
 - c. Utilizou-se de aproximadamente 26 minutos para apresentar os três eixos que compõe o seu plano de gestão, sendo eles:
 - i. Eixo I - Fortalecimento do Controle Social
 - ii. Eixo II – Fortalecimento da Auditoria Institucional
 - iii. Eixo III – Fortalecimento dos mecanismos de Controle referente as transferências voluntárias.Ainda, complementarmente propostas como a criação da Escola de Gestão Pública, normatização dos processos referentes aos cálculos

periciais, e a criação de um grupo de acompanhamento da finanças do município.

- d. Após a apresentação do plano proposto foi aberta as rodadas de perguntas e respostas.
- i. Aberta a primeira rodada teve como inscritos os(as) Conselheiros(as), Alvino Ap. Filho, Eva, Silvio Meira, Roberta Silveira Queiroz, Fabio Cavazotti e Silva e Francesca Ap. Willy Amaral, efetuadas as perguntas e devidamente respondidas.

Perguntas e respostas da 1º Rodada

OBS. Infelizmente, por questões fortuitas de falha técnica na gravação do áudio da sabatina, não obtivemos as primeiras perguntas e respostas desta rodada, de forma que não foi possível a captação e registro. Os temas das perguntas não captadas foram, sobre as ações de transparência pela Controladoria Geral do Município efetuada pelo Conselheiro Alvino aparecido Filho, sobre a atuação da Diretoria de Custos e efetividade da aplicação dos recursos públicos pela Conselheira Eva, sobre o encaminhamento de relatórios de auditoria à órgãos de controle externo como Câmara Municipal, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, apresentada pelo Conselheiro Silvio Meira, e sobre a execução de recursos externos não utilizados pelos fundos próprios como exemplo o Fundo Municipal do Meio Ambiente, pela Conselheira Roberta Queiroz, pedimos desculpas pelo transtorno.

Fabio Cavazotti: Sugestão, na aprovação do seu nome pelo prefeito eu sugiro que você coloque esse plano de trabalho com maiores detalhes e dentro de um cronograma, para que a gente possa ir acompanhando e também fazendo as gestões que cabe a sociedade e ao conselho pra que essas coisas aconteçam. Mesmo porque, ali existe a necessidade de recurso de servidores.

No ponto de vista da estrutura da controladoria, servidores ela tem quantidade pra sua atividade-fim pra sua atividade-meio, temos ai a percepção, apesar de não ter números ainda, que a Controladoria movimenta muitos documentos e procedimentos que vai vem do Tribunal de Contas do Estado, isso acaba consumindo uma quantidade servidores muito grande o que, em outras cidades, parece que essa função não é feito pela contadoria, e sim, feito pela secretaria de planejamento. A controladoria deveria verificar se as secretarias estão fazendo o trabalho correto e não fazendo a correção.

Se você pudesse trazer qual estrutura hoje o que precisaria a mais para que esse plano todo fosse implantado, e se, de fato, há algum plano para, em algum momento, esse trabalho junto ao TCE, ser passado por um para um órgão de direito porque não me parece ser a finalidade que quando você me esclarece o que é a Controladoria não parece que essa atribuição se encaixa, e tira uma grande quantidade grande de pessoal. São essas as perguntas e fazendo a sugestão, caso exista a retificação do seu nome, fazer um cronograma e um detalhamento e fazer um acompanhamento. Muito Obrigado e desculpe.

Resposta: Fábio eu fiz de forma bem genérica por conta do tempo, e estamos falando de um plano de um candidato, e para que um plano ser colocado em prática

preciso de apoio do controle, do Conselho, e do chefe do poder executivo, esses planos requerem investimento, não basta estar no plano. Então, ele é um plano, depende muito do apoio de vocês. Temos hoje na contadoria 32 servidores.

Nessa parte de informações no tribunal de contas, não vive lá atrás, mas me parece que era feito pelas pontas, mas havia uma dificuldade muito grande havia muitos problemas então a Controladoria acabou centralizando essas atividades. Nós temos que analisar a conveniência disso dentro do controle interno. Essas informações são interessantes? Mas não existe esse estudo e tem que ser feito para verificar a estrutura da Controladoria e verificar o que é condizente para a Controladoria e a gente deveria fazer um estudo dessa estrutura mesmo.

Francesca Amaral: *Boa noite a todos, João parabéns pela apresentação. Eu tenho algumas perguntas. Vou fazer a primeira pergunta simples.*

Pergunta: Vi no seu plano que você tem vontade de prestar contas itinerante no Centro Cívico. Quer saber se você tem um horário alternativo para essa prestação de contas para facilitar a participação da comunidade?

E qual vai ser a linguagem dessa prestação de contas? Porque a comunidade não entende alguns termos, então gostaria de saber sobre a prestação de contas Itinerante.

Resposta: *Na verdade, segundo a Lei RF, temos que prestar contas, e para isso utilizamos a câmara, normalmente, nos meses de fevereiro maio e setembro a administração pública tem que prestar contas da execução orçamentária, por uma exigência da lei de responsabilidade fiscal. Sobre a prestação de contas Itinerante, pensamos levar a informação no horário alternativo fora do horário comercial, talvez a noite, mas passar a informação à população, porque quando você vai a câmara, que demonstra execução orçamentária da forma que temos que demonstrar é muito desgastante. A ideia é levar nas regiões norte, sul, leste e oeste aos centros comunitários com uma linguagem mais acessível, eu pensei também em fazer essa prestação de contas junto às Universidades, levar nos departamento de contabilidade de economia e administração, e abrir pra todo mundo aí pra começar a debater as Finanças Públicas para que as pessoas tenham interesse nas Finanças Públicas do município e não somente prestar contas pra atender uma agenda LEI RF.*

- ii. Aberta segunda rodada de perguntas teve como inscritos os(as) Conselheiros(as) Sinival, Eva, Roberta Silveira Queiroz, Silvio Meira, Francesca Ap. Willy Amaral, efetuadas as perguntas e devidamente respondidas.

Perguntas e respostas da 2º Rodada

Sinival: *Tem uma opinião dar sobre o questionamento do Fábio é só a resposta depois tem um questionamento na dúvida.*

Primeira nessa questão essa Diretoria de informações municipais que presta as informações em Tribunal de Contas Eram feitos por outros órgãos e quando foi levado para controladoria A ideia era levar com atribuição mas também com os servidores na época não tinha os 32 servidores tinha bem menos a controladoria. A ideia inicial de colocar a controladoria como essa atribuição era pra que não precisasse passar pelo tribunal de contas pra controladoria poder investigar. Por isso eu acho que a Controladoria deve continuar com essa atribuição. Uma coisa que

eu sugeri anteriormente mas não foi aderido por falta de recurso financeiro para contratar recurso humano que foi a questão da licitação por exemplo que eu acho que uma das coisas mais sérias onde a gente ver mais denúncias na imprensa principalmente a corrupção e o desvio de dinheiro público sempre tem a ver com licitação o contrato e a lei de licitações Até onde eu sei ela obriga que todo processo de licitação Que todo processo licitação tem aprovação da procuradoria jurídica mas ela não obriga que tem aprovação do controle interno, até o momento acho que não foi atentado às atribuições de se fazer essa provação de um edital de licitação de um contrato a Controladoria faz essa análise depois.

Eu gostaria que você falasse um pouco a respeito que se faz parte dos seus planos incorporar esse tipo de atribuição, junto às licitações, e se tem uma ideia de quanto isso custaria principalmente em termos de recursos humanos para controladoria.

Resposta: *Sinival só voltando Com relação a diretoria de informações municipais ela imprescindível para mitigar Pra reduzir a ocorrência de riscos. Então essa estrutura é fundamental ela é extremamente importante para diminuir os riscos Então quando você fala de um diretoria de informações ela trata de licitações, orçamento, Patrimônio, Toda parte financeira Então a nossa Face ela recebe suas informações aqui e corrigir de forma em tempo real durante a execução é extremamente importante essa Diretoria de informação municipal.*

Quando você fala do processo licitatório, voltando um pouco, Um ano em 2015 na sede temos a portaria 03/2015 então a controladoria tem um número reduzido de auditores nasceu fazemos um trabalho junta Gestão Pública junta licitação na fase interna do processo desde a solicitação do serviço de termo de referência até a publicação do edital, então havendo alguma falha nós temos um check-list havendo alguma falha a Controladoria recomenda a correção do edital. Estrada Este trabalho está sendo feito dentro uma estrutura é limitada quando você fala pra passar esse processo pra controladoria fazer eu acho que é inviável e se você pegar o número de processos que nós temos hoje vai terminar a máquina pública mas moroso sabe que é porque temos que fazer é trabalhar com sistema de gestão para diminuir o risco neste vai passar todo processo para a Controladoria nós acabamos tornando o processo muito Moroso. Acredito que o fortalecimento do sistema de controle interno incluindo a gestão pública é uma forma de controle que nós temos, não precisa o processo ir pra controladoria.

Eva: *A lei de responsabilidade fiscal veio com o intuito de uma tornar a gestão pública mais responsável, porém, a metodologia da receita corrente líquida que ela pega todas as receitas pra fazer os limitadores de despesa com pessoal e a capacidade de endividamento do município é falho. Porque entre a capacidade de pagamento e a capacidade de endividamento fica uma falha aí. Como demonstrar isso de uma forma mais clara para sociedade. Porque o município só pode pagar o pessoal e a dívida com recursos livres e lá na receita corrente líquida tem recursos vinculados também de convênios, como a gente poderia deixar isso mas transparente para a sociedade?*

Resposta: *Com relação à receita corrente líquida se pegarmos a metodologia é receita tributária receita de contribuições receitas agropecuárias industriais menos a compensação financeira e a pro regime único e - a contribuição do Servidor que te dá a receita corrente líquida que no ano passado chegamos então é um milhão trezentos e sessenta e nove milhões essa é a receita corrente líquida nossa. Então quando falamos de receita corrente líquida e analisamos os limites das resoluções*

do senado federal e da Lei RF é muito frágil isso. É isso que as pessoas têm que entender o nosso orçamento é muito grande mas a possibilidade de pagamento com servidor com contrato de natureza continuada ela é reduzida. Eu acredito que nós temos que ter relatório gerencial demonstrando Quanto que o município arrecadou e como que nos comprometemos desses recursos que fica a impressão que uma se tem muito recurso mas temos muito recurso vinculado mas recurso para folha de pagamento e pagamento dos contratos continuados nascendo a dificuldade muito grande. Temos que debater esse nosso município por uma outra Ótica e da Transparência e seus relatórios e dar transparência a situação do município de acordo com aquela receita que ele tem dificuldade de gerenciar.

Roberta Queiroz: Gostaria fazer uma pergunta sobre as transferências voluntárias. A gente nota um comportamento muito conservador diante de uma redação legal prefere se dar uma interpretação mais ampla melhor, aplicar pra todo mundo e nesse sentido a gente acaba perdendo uns bons projetos, por seu posicionamento sobre esse entendendo mas gostaria de saber sobre esse conservadorismo.

Resposta: A Controladoria do Município Segue Os princípios da administração pública e ao Tribunal de Contas Então não é que é Controladoria e conservadora Na verdade o que nós fazemos é cumprir as resoluções do Tribunal de Contas o que falta na verdade, aí eu entendo que o papel de controlador, É fazer com que os tomadores de recursos públicos têm o acesso à informação que ele tem condições de prestar contas que eles entendam do processo. A ideia é fazer como que se toma dores saibam como alimentar o SIT e como prestar contas, mas dentro das regras do Tribunal de Contas e dentro do que a legislação preconiza, a gente não consegue ter uma visão mais liberal, a gente tem que interpretar como o tribunal é. É lógico que tem situações que a gente analisa que as normas dão brechas a uma análise, mas é muito difícil, o que falta na verdade é profissionalizar os tomadores para que eles prestem contas. A gente tem que atuar nesse sentido, a gente tem que melhorar a prestação de contas dos tomadores.

Silvio Meira: Qual é a atitude que o controlador vai tomar se toma conhecimento de que algum produto ou serviço foi contratado pela administração sem licitação sem empenho, mais pra frente esse administrador pede dinheiro pra pagar esse empenho.

Resposta: No município nós temos um parecer jurídico a contratação mesmo que não tenha um processo de licitação licitatório ou empenho breve nós temos que pagar sobre pena de enriquecimento ilícito então seu serviço foi prestado na ponta eu tenho que pagar. Mas é responsabilidade da Controladoria é repassar corregedoria verificar qual é o responsável e havendo uma conclusão tentar reaver o recurso dependendo do que foi feito.

Francesca Amaral: Considerando que no início do ano a prefeitura informou que não arrecadou Quase 28 milhões última prestação de contas foi demonstração superávit, e a gente ouve a seguinte frase a verba carimbada. Não foi apresentadas as verbas destinadas que gerencie superávit. Sobre a prestação de contas e essa ideia de que Londrina tem um superávit já destinada a Controladoria tem alguma ação para melhorar a divulgação dessa informação e demonstrar pra comunidade realmente o que já está destinado e o que realmente tem no Município?

Resposta: *Demonstramos câmara recentemente superávit R\$440.000,00. É normal ter um superávit desse porque nós prestamos contas do primeiro quadrimestre que é o momento onde a prefeitura arrecada o IPTU, IPVA vencimento dos tributos ocorrem nesse primeiro quadrimestre porém existe uma Projeção de Déficit.*

- iii. Aberta a terceira rodada de perguntas teve como inscritos os(as) Conselheiros(as) Fábio Cavazotti e Silva, Francesca Ap. Willy Amaral, Eva, Silvio Meira, Ronan (Pergunta apresentada em arquivo de áudio pela Conselheira Francesca Ap. Willy Amaral).

Perguntas e respostas da 3º Rodada

Fábio Cavazotti: *Sistema de Controle depende das regras e das normas da gestão pública. Quanto à licitação você acha importante uma discussão sobre novos regulamentos de prazos, informações e regras mais claras nos editais e os critérios de qualidade para processo licitatório, talvez esse regramento possa trazer tudo isso de forma mais em forma mais objetiva e mais concreta. Outra questão é a Controladoria de formação de preços, um órgão muito importantes, Com pessoas com boas intenções, mas até onde a gente viu tá muito sem estrutura pra fazer o seu trabalho está centralizando da mesma forma de fazer como se fazia, de fato a Controladoria de preços não está se transformando um banco de preços Uma nova sistemática no procedimento diferenciado, quer dizer, Estância atribuindo algumas pessoas amanhã começa e acaba sendo feita da mesma forma em que se era já era feito eu não sei se os resultados. Você é favorável a uma discussão mais focada em quais são as metas da estruturação dessa coordenadoria de preços isso tudo dentro de um contexto você estaria disposto a estar discutindo com um conselho conservatório enquanto controlador uma melhoria do arcabouço legal pra que as coisas ficassem mais claras depois do controle possa ser mais eficaz.*

Resposta: *Sem dúvida, quando falamos em licitação temos decreto 52 que vai sofrer alteração mas que são, Essa discussão envolve a secretaria de gestão pública, Mas a Controladoria pode ajudar no sentido de tentar normatizar criar mecanismo que facilita em todo o processo, Mas você tocou no assunto que temos que debater aqui temos que estrutura atividade meio dentre as atividades da gestão pública especialmente licitação. a gente cresce regramento e melhorar os procedimentos a gente tem que debater a estrutura da gestão pública e também nós estamos falando de elaboração de editais e de processo e a gente não pode deixar e debater a fiscalização desses contratos que é uma outra demanda que a gente tem que fazer virar câmara mas eu e a Controladoria está à disposição pra melhorar os procedimentos junto à Gestão Pública Mas precisamos de investimento, aumentar o número de servidores e melhorar S3 e da gestão pública.*

Francesca: *João gostaria de saber qual a sua atitude quando que o Tribunal de Contas tenho vários pareceres dizendo que não é pra pagar e a Controladoria do município também tá dizendo para não efetuar esse pagamento, eu gostaria saber qual a sua atitude que mesmo tribunal de conta própria PGM e a controladoria da câmara também tem nesse mesmo parecer de não realizar o pagamento do anuênio e do quinquênio, e mesmo assim o governo a caminhonete mais retirou ela não entra novamente E você também São Pedro do céu como controlar como controlador*

qual a atitude que você tomaria frente ao prefeito. Outra pergunta se o prefeito pisar na bola com alguma coisa você como controlador qual seria o seu posicionamento sendo que seu cargo de nível de nomeação.

Resposta: primeira pergunta quando você fala desse pagamento adicional acho que você está se referindo aos cargos comissionados, existe um acordo 1608/2011 que fala que a natureza do cargo comissionado é de natureza transitória e precária, portanto qualquer vantagem permanente não pode ser paga aos cargos comissionados, como por exemplo adicional, mas esse acordo foi debatido pela controladoria em todos os relatórios de controle interno, consta, trazemos esse observação no relatório, em 2011 o executivo encaminhou à câmara, tem um projeto de lei na câmara, que revisa a lei municipal para tirar esses anuênios, nós informamos através do relatório de controle interno ao chefe do poder executivo e o tribunal de contas já foi informado, o relatório de 2015 do controle interno eu constei exatamente isso aqui, é um acordo do tribunal de 2011 que fala que a natureza do comissionado não tem direito ao adicional. Então tem que ser retomado pelo executivo, e voltar a ser tramitado na câmara, para votar essa alteração do nosso estatuto para tirar essa vantagem permanente que não é de direito mesmo. Com relação a segunda pergunta, a controladoria do município é a guardiã dos princípios da administração pública, independente de quem seja o prefeito eu tenho o dever, sabendo de alguma irregularidade ou ilegalidade, de passar essa informação ao prefeito e ao Tribunal de Contas. Precisamos de debates como este aqui, por isso que é importante o conselho indicaram nome porque aí fortalece o controle fortalece o papel do controlador município e dá mais autonomia. Respondendo a sua pergunta se tiver qualquer irregularidade se tiver descumprindo a legislação toda a ciência o prefeito e o Tribunal de Contas O ministério público e a quem quer que seja estando errado nós temos que fazer esse papel da controladoria.

Eva: Falamos um pouco de licitação, mas nós sabemos que isso têm início lá atrás no PPA no plano de governo e depois no PPA, nós temos que admitir que aqui no município, e eu acho que existe uma dificuldade de fazer uma avaliação mais correta sobre a política pública, a política do PPA, os programas do PPA estão sendo efetivos, como você imagina fazer isso, e de repente se não poderia trazer pra essa discussão, porque a gente está sempre está fazendo isso e a gente não tem como fazer essa discussão, então trazer a academia, as universidades, pra buscar essa discussão, como nós vamos avaliar a política pública. Outra, nós precisamos de alguém nesse papel de comunicador, porque nós como técnicos nós não sabemos expressar de uma forma que as pessoas vão entender, então alguém na área de comunicação tinha que estar nesse meio. Você acha isso importante (comunicação na área de divulgação)? E a maneira de trazer as universidades para essa discussão?

Resposta: A grande dificuldade que nós temos hoje é realmente me dê as políticas públicas, ter indicadores que meçam as políticas públicas. quanto às universidades nós começamos o ano passado em contato com o departamento de administração da UEL debatendo principalmente os sistemas de custos Mas eu acho que na academia é fundamental departamento de contabilidade é fundamental departamento de Economia é fundamental nessa discussão A Controladoria é um órgão multidisciplinar a Controladoria precisa de economista de contador de assistente social de engenheiro em um órgão multidisciplinar e acaba se metendo

em todas as áreas do Saber, essa interação com academia fundamental, como criar os indicadores? É tentar envolver as secretarias. de repente o órgão centralizador de informações que possa dar um Norte o gestor pensar aqui na política nenhuma nova. Nós temos que ter esses indicadores e parecemos que envolver as secretarias estamos com um projeto junto com ela quando apartamento de administração para criar o curso das unidades escolares mas às vezes barramos em uma outra dificuldade é a falta de estrutura Quem eu acho que cidade mineira tem que tá forte pra dar vazão aos processos.

Sobre a comunicação. Foi feito uma ranqueamento da MPF sobre a transparência, e Londrina tem a nota acima de 8. Não temos uma nota ruim. Quando o cidadão Abra o portal a gente cumpre o que a lei determina mas o que falta na verdade são relatórios gerenciais que possibilite ao cidadão saber quanto custa uma UPA uma UBS mas de uma forma didática porque o que nós faz é cumprir legislação. É muito difícil essa linguagem para o cidadão Então eu acho que o nosso papel nós temos que melhorar a comunicação. A Controladoria do município requer um profissional nessa área Por que é um órgão multidisciplinar que realmente faz o profissional nessa área da comunicação mas temos que melhorar essa comunicação mesmo você é uma falha do município e não da controladoria.

Silvio Meira: a Constituição Federal e a lei orgânica fala que o poder executivo e o legislativo tem que manter um sistema de controle interno integrado. Uma forma integrada de controle. Hoje nós temos uma dificuldade muito grande pra que isso aconteça, se acontece isso é por causa do conhecimento que nós temos. Como fazer isso ser realizado de uma forma mais sistêmica, onde eu não dependa do meu conhecimento entre pessoas pra buscar essa informação?

Resposta: Talvez o primeiro passo seja fortalecer a transparência, e essa é uma situação que a gente debateu, foi aquela situação com o ministério público, pra tentar haver uma interação nesses órgãos, a rede, que a gente começou a debater discutir, mas, parou. Então a ideia é haver essa interação. Porque existe um apoio na Câmara e do controle interno e não se conversam mesmo, a gente tem um ponto falho aí. Mas o que a gente tem que debater com calma, da forma que é hoje não tem essa interação.

Ronan(Pergunta apresentada em arquivo de áudio pela Conselheira Francesca Ap. Willy Amaral): Considerando a lei 12399/2016 intercalando os artigo segundo e o artigo 33, a onda fala no seu inciso primeiro do artigo 33 que a Sanepar passe ao município de Londrina o valor de 2% da receita operacional líquida acerca de estar no fundo municipal de saneamento básico de desenvolvimento sustentável, sendo 1% mensal ao longo de 30 anos e 1% antecipado, em 2016 em valor mínimo de 25 milhões, considerando que esse contrato, de 30 anos, vai ter apenas os seus efeitos de fato em 2017, mas entretanto no artigo 33 inciso 1 ele diz que vai ser um por cento antecipado 25 mi considerando a lei de responsabilidade fiscal que proíbe a antecipação de receita no exercício qual é a opinião do nobre futuro controlador, sobre a antecipação de receita do artigo 33 do futuro contrato da Sanepar, de 25 milhões.

Resposta: A LEI DE RF coloca operações decreto por antecipação de receita. Vamos imaginar que o município não consiga encerrar o exercício financeiro com as contas em dia, então a Lei RF te dá a liberdade de até o décimo dia do mês de janeiro fazer uma ado uma antecipação de receita orçamentária, que é trazer receita

prevista em dezembro, pra janeiro, e você teria até o décimo do mês de dezembro pra quitar essa operação de crédito. Quando se fala em antecipação de receita, essa tem que estar projetada no orçamento. Vamos imaginar: o orçamento é publicado hoje, o planejamento tem 30 dias pra lançar a programação financeira e cronograma de desembolso financeiro, pra ser uma antecipação de receita orçamentária, tem que estar previsto essa receita no meu orçamento, no caso da Sanepar, pelo que me parece, esse processo está sendo e encaminhado um projeto de lei pra criar a unidade orçamentária, ou seja, esses 25 milhões não estava previsto no meu orçamento. A gente fala em antecipação de receita quando você antecipa uma receita prevista no seu orçamento, exemplo, a prefeitura comercializou a folha de pagamento dos servidores, nós recebemos da caixa, instituição que ganhou, ela repassou 18 milhões pra prefeitura, aquela receita entrou como excesso de arrecadação. Então pela ótica da Lei RF e uma análise preliminar, não consigo ver isso como antecipação de receita porque não estava prevista no meu orçamento, é uma receita extra.

Vera Suguihiro: *O que eu gostaria de perguntar a Eva já abordou. Porque mesmo considerando que o portal da transparência a sua nota melhorada, ainda, acredito que nós temos uma grande limitação daquilo que se trata de transparência e controle, acesso à informação. Essa proposta de prestação de contas itinerante acho extremamente interessante. Mas, nós temos uma preocupação com a própria linguagem, a comunicação dentro da prefeitura, eu acho que funciona de uma forma muito limitada, porque um setor de informação e comunicação que me parece ter uma grande preocupação de ficar fazendo release dos atos oficiais, sem divulgar aquilo que acontece internamente, entre os órgãos, eu acho que tem uma atuação deficitária. Aí a pergunta, qual a sua posição, na condição de controlador, vai realmente, investir para que a gente tenha acesso a informação, a gente tenha uma comunicação ágil, com uma linguagem palatável, motivando a própria sociedade a querer buscar as informações, porque da maneira que está posta, poucos tem interesse. Então gostaria de saber sobre a sua política de transparência e acesso a informação para que a sociedade tenha conhecimento sobre a coisa pública.*

Resposta: *A gente vai cair naquela situação colocada pelo Fábio. Essa comunicação tem que ser feito por um profissional da área, porque o controlador vai passar dentro do que a lei preconiza. Nós temos a responsabilidade e o empenho de atuar na transparência ativa de atuar de uma forma mais didática, mas nós precisamos muito do comprometimento e da adm. também de ter um profissional da área, pra poder atuar dessa forma, porque só o controle interno, de acordo com a legislação, é daquele jeito que deve estar no portal. Só que eu entendo como cidadão que aquilo não satisfaz, e essa nota, por si só, não reflete a qualidade do nosso portal, a gente tá aquém do que deveria. Quando falamos de portal envolve TI envolve investimento e que não depende apenas da controladoria, e tem situações que eu não posso dizer que vai acontecer porque não depende só de mim. Mas eu tenho o comprometimento de trabalhar no sentido de tornar essas informações mais didáticas, mas dependo de investimento e do chefe do poder legislativo e debate com o Conselho. Mas o comprometimento da controladoria eu tenho. O plano de controle, pra dar certo não depende só do Controlador, porque depende de outras instâncias.*

- e. Após o momento de perguntas o conselheiro Fábio Cavazzoti e Silva pediu a palavra para propor ao candidato a união de ações de planejamento do Controle Interno, sendo eles, Controladoria Geral do Município, Corregedoria Geral do Município, Ouvidoria Geral do Município e o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, sendo de pronto acatado pelo mesmo e pela plenária.
- f. A presidente tomou a palavra e abriu para a votação aberta com as opção de Deferimento ou Indeferimento na indicação do candidato ao Prefeito, conforme legislação.
- i. Nominalmente foram chamados(as) para prolatar seu voto os Conselheiros(as) presentes:
 - ii. Sinival Osório Pitaguari, Francesca Aparecida Willy Amaral, Luis Fernando Wiltemburg Santos, Fabio Cavazotti e Silva, Roberto Martins, Alvino Aparecido Filho, Eva Benedita de Lima Pasini, Vera Lucia Tiekó Suguihiro, Marcio Horaguti da Silva, Silvio Palma Meira, Waldir Gameiro.
 - iii. Todos votarão de forma unanime pelo **DEFERIMENTO** a indicação do nome do candidato João Carlos Barbosa Perez à lista para Controlador Geral do Município.

Encerramento

Pauta inteiramente discutida e concluída.

A reunião se encerrou às 21hrs00min, horário de Brasília.

Ata registrada.

Por ser isto verdade, dou a minha fé pública e firmo a presente.

Londrina, segunda-feira, 20 de junho de 2016.

Vera Lucia Tiekó Suguihiro
Presidente

Marcio Horaguti da Silva
Secretario Geral